



Durante intervenção, nenhuma PEC será discutida, diz Eunício

Presidente do Senado participou de reuniões dos Conselhos de Defesa Nacional e da República, que apoiaram decreto federal sobre o Rio de Janeiro



Eunício (ao microfone) participou ontem de reuniões do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, que referendaram decreto do presidente Temer (D)

A discussão e a votação de propostas de emenda à Constituição estão paralisadas enquanto durar a intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro, ressaltou ontem o presidente do Senado, Eunício Oliveira, após participar de reuniões dos Conselhos Consultivos da República e de Defesa Nacional. Ele lembrou que, em intervenção federal, não pode haver mudança na Carta Magna. Eunício informou que, no Conselho de Defesa, a aprovação ao decreto da intervenção foi unânime, e no da República, apenas os líderes da Minoria se abstiveram de deliberar. **3**

Movimentos sociais pedem luta contra a reforma da Previdência

Em audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos, representantes de entidades sociais e sindicatos propuseram ações de resistência à proposta de reforma

da Previdência, que está na Câmara dos Deputados. Uma das ações sugeridas é buscar, nas eleições de outubro, maior equilíbrio na representação política. **8**



Debatadores na Comissão de Direitos Humanos defendem resistência à proposta

Congresso vota hoje vetos e crédito especial **7**

MPs do ajuste fiscal ganham mais prazo para análise **2**

Exploração ilegal de minério pode ter pena maior **6**

Programa de privatizações será debatido **8**

Interior do Ceará vai ter sinal digital da TV Senado **2**

especial cidadania



Baixa qualidade das moradias é o pior problema habitacional do país

Minha Casa Minha Vida não acaba com deficit, diz estudo

Estudo feito pelas consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado aponta que o Programa Minha Casa, Minha Vida não

é suficiente para resolver problemas de habitação. É preciso integrar a política habitacional a outras políticas urbanas. **4 e 5**

Macapá ganha homenagem do Senado pelos 260 anos

Senadores do Amapá receberam ontem em sessão especial no Plenário autoridades do Amapá para comemorar o aniversário de 260 anos da capital do estado. Os parlamentares pediram mais investimentos federais. **2**

Senadores Davi Alcolumbre (5º à dir.) e Randolfe Rodrigues (4º à dir.) na sessão



Senadores em sessão especial

Pessoas devem ser o foco do trânsito, aponta debate

Especialistas defenderam, em audiência pública ontem, um novo modelo de mobilidade urbana para o país. Na visão deles, é preciso pensar mais nas pessoas e menos nos automóveis. Eles discutiram também as vantagens das alternativas ao carro, como andar de bicicleta ou a pé. **7**

Instituição Fiscal revê crescimento da economia

O crescimento do produto interno bruto em 2018 deverá ser de 2,7%, segundo a Instituição Fiscal Independente do Senado, em relatório mensal apresentado ontem. A previsão anterior era de 2,3%. O documento atualiza as estimativas para curto, médio e longo prazos. **6**



Senadores Davi Alcolumbre (3º à esq.) e Randolfe Rodrigues (C) participam da sessão pelo aniversário de Macapá

Senado faz homenagem a Macapá pelos 260 anos

Aniversário da capital do Amapá foi comemorado ontem com sessão especial no Plenário. Bancada estadual pediu mais investimentos federais e destacou projetos de políticas públicas

O PLENÁRIO DO Senado ficou lotado ontem durante a sessão especial que homenageou Macapá pelos 260 anos de fundação.

Estiveram presentes à sessão os três senadores do Amapá — Davi Alcolumbre (DEM), João Capiberibe (PSB) e Randolfe Rodrigues (Rede) —, o vice-governador do estado, Papaléo Paes, e o prefeito da capital, Clécio Luís.

Davi afirmou que a bancada parlamentar, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, continuará se esforçando para aumentar os investimentos federais. Para o senador, Macapá ainda tem um déficit de desenvolvimen-

to se comparada a outras capitais do Brasil.

Infraestrutura

Randolfe, que presidiu a sessão, lembrou que os eventos oficiais ligados ao aniversário da cidade têm ocorrido desde o início do mês (o aniversário foi no dia 4). Ele disse esperar que a sociedade aproveite o momento para se engajar na Plataforma Macapá 300 Anos. Essa é uma iniciativa da prefeitura que busca, por meio de consultas diretas à população, definir novas metas e políticas públicas para o município em todas as áreas sociais e de infraestrutura.

Capiberibe lembrou que,

quando foi prefeito da cidade, de 1988 a 1992, fez o seu reordenamento urbanístico, o que, segundo ele, trouxe reconhecimento pela sociedade e contribuiu decisivamente para que depois ele se elegeesse governador e senador por dois mandatos.

A sessão foi aberta por uma apresentação da cantora Brenda Melo, que, acompanhada de Val Milhomem e dos músicos Nena Silva e Alan Gomes, interpretou a canção *Jeito Tucuju* e os hinos oficial e popular do estado.

Participaram representantes do Judiciário, da sociedade civil, do mundo acadêmico e da vida cultural macapaense.

MPs do ajuste das contas públicas são prorrogadas

As Medidas Provisórias 805/2017 e 806/2017, que fazem parte do ajuste das contas públicas para 2018, e a MP 807/2017, todas editadas em outubro, terão mais 60 dias para serem votadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

O prazo de vigência das três medidas foi prorrogado pelo presidente do Congresso, Eunício Oliveira.

A MP 805 adia para 1º de janeiro de 2019 os reajustes salariais de várias categorias do Poder Executivo. O governo prevê uma economia de R\$ 5 bilhões com a medida, que também altera auxílios pagos no Executivo.

A medida ainda eleva, em 1º de fevereiro de 2018, a contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores dos três Poderes que recebem acima do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Segundo o governo, a mudança deve representar um aumento de receita na ordem de R\$ 2,2 bilhões.

A comissão mista da me-

didada provisória, presidida pelo deputado Rogério Rosso (PSD-DF), foi instalada em dezembro. O senador Cidinho Santos (PR-MT) foi designado relator.

A MP 806/2017 altera a tributação do Imposto de Renda sobre fundos financeiros chamados exclusivos. Destinados a grandes clientes, esses fundos, que são fechados e não têm livre adesão, pagavam até agosto IR apenas no fechamento ou no resgate das cotas. O imposto, então, passou a ser cobrado todos os anos, como ocorre com os demais fundos de investimento. Agora, haverá um aumento nessa tributação.

O relator da medida é o deputado Wellington Roberto (PR-PB). A comissão mista destinada a dar parecer à MP é presidida pelo senador Eduardo Amorim (PSDB-SE).

Tributos

A MP 807/2017, por sua vez, revoga a MP 804/2017, que adia para 29 de setembro do ano passado o prazo de adesão ao Programa Especial

de Regularização Tributária (Pert). O novo prazo, estabelecido pela MP 807, foi o dia 14 de novembro do mesmo ano. O Pert foi instituído pela Lei 13.496/2017.

Rito legislativo

O prazo inicial de vigência de uma medida provisória é de 60 dias e é prorrogado automaticamente por igual período caso não tenha sua votação concluída nas duas Casas do Congresso Nacional.

Se uma MP não for votada em até 45 dias, contados da sua publicação, entra em regime de urgência, suspendendo o andamento de todas as demais propostas legislativas na Casa em que estiver tramitando.

A Constituição traz as regras gerais de edição e votação das MPs, definindo inclusive os assuntos e temas sobre os quais não podem se pronunciar.

A Resolução do Congresso Nacional 1/2002 define a apresentação de emendas, a formação da comissão mista e os prazos de tramitação.

Assinado acordo para sinal digital da TV Senado no interior cearense

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, assinou ontem, em Juazeiro do Norte (CE), acordo de cooperação técnica para instalação de uma estação repetidora do sinal digital da TV Senado. A nova estação terá potencial para atender mais de 500 mil pessoas da região do Cariri, como as cidades de Barbalha, Crato, Missão Velha e Caririçu.

O convênio foi assinado

com a Prefeitura de Juazeiro do Norte e terá os sinais da TV Câmara, da TV da Assembleia Legislativa do Ceará e um canal para a própria prefeitura.

— Nós teremos a possibilidade de que a população do Cariri possa ter agora esses canais. Uma medida extremamente importante que vai dar mais transparência ao Poder Legislativo — disse Eunício à imprensa local.

Castro apoia ações do Rotary em projetos sociais no mundo

Associado há mais de 40 anos ao Rotary Club, Sérgio de Castro (PDT-ES) homenageou a



Marcos Oliveira/Agência Senado

associação e destacou a importância dela em projetos e parcerias na promoção da paz, no combate a doenças e na alfabetização em todo o mundo.

Um exemplo, disse o senador, foi a luta contra a poliomielite nas Filipinas, com a imunização de 6 milhões de crianças, nos anos 70 e 80.

— O Rotary cria laços de colaboração. O lema é a agregação de valores, porque, unidos, somos mais fortes — afirmou.

Ângela diz que Roraima precisa de ajuda com migrantes

A situação encontrada pelos migrantes da Venezuela em Roraima é grave, segundo



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ângela Portela (PDT-RR). Para a senadora, o pacote de providências anunciado pelo governo federal ainda “deixa dúvidas”, pois não se sabe o volume de recursos que será aplicado.

— O estado se encontra extenuado diante da falta de condições essenciais para atender ao fluxo migratório. Mesmo Boa Vista, nossa capital, que tem mais de 300 mil habitantes, não tem como suportar a curto prazo o ingresso de mais de 50 mil pessoas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CI Privatizações

9h Audiência pública para avaliar plano de privatizações do governo.

CAE Tribunal Eleitoral de São Paulo

10h Entre 8 itens, está o PLC 93/2017, que cria cargos efetivos no quadro de pessoal do TRE-SP. Em seguida, apreciação do relatório de avaliação de política pública.

CDH Reforma da Previdência

10h Audiência interativa para debater a situação de aposentados e pensionistas e a reforma da Previdência.

CRA Funrural

11h Audiência interativa para debater dívidas de produtores com o Funrural e a carga tributária incidente no setor.

CE Vítimas de trabalho infantil

11h30 O PLS 241/2014, que prioriza vítimas de trabalho infantil em vagas para aprendizes, é um dos 20 itens na pauta.

CMA Descarte de baterias

11h30 Na pauta de 17 projetos, está o PLS 537/2011, que regulamenta o descarte de baterias usadas.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h O PLS 477/2017 — Complementar, que simplifica a verificação de regularidade do contribuinte, abre a pauta.

CCT Verba de loteria para a ciência

14h30 Entre 13 itens da pauta, está o PLC 201/2015, que destina verba de loterias para fundo científico.

CPI DO BNDES Relatório

14h30 Apresentação do relatório final.

CPI DOS MAUS-TRATOS Requerimentos

14h30 Votação de requerimentos.

CONGRESSO Sessão conjunta

15h No Plenário da Câmara, análise de 3 vetos e do PLN 1/2018, de abertura de crédito especial.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Senado não discutirá PEC durante intervenção

Eunício reforçou a determinação constitucional ao retornar das reuniões dos Conselhos da República e de Defesa Nacional, que referendaram o decreto sobre ação federal no Rio

APÓS PARTICIPAR DE reuniões dos Conselhos Consultivos da República e de Defesa Nacional, ontem, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que a discussão e a votação de todas as propostas de emenda à Constituição (PECs) estão paralisadas enquanto durar a intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro.

— O mandamento constitucional determina que, em intervenção federal, não pode haver mudança na Constituição. A partir do dia de publicação do decreto, nenhuma matéria em relação a mudança na Constituição terá qualquer trâmite. Não é só a PEC da Previdência, são todas as PECs — disse.

De acordo com Eunício, são cerca de 190 as PECs que tramitam no Senado ou na Câmara. Poderão ser votados projetos de lei ordinária ou complementar e outras propostas.

A intervenção no Rio foi referendada pelos integrantes dos Conselhos de Defesa Nacional e da República, após reunião no Palácio do Planalto. Depois de ser analisado pelos deputados — o que estava previsto para ocorrer na madrugada de hoje —, o decreto deverá ser encaminhado ao Senado.

Eunício informou que, no



Imagem de Arquivo Agência Senado

“Não darei tramitação a nenhuma PEC, caso contrário estaria descumprindo a Constituição”, destaca Eunício

Conselho da República, o apoio ao decreto foi expressivo. Apenas os líderes da Minoria no Senado, Humberto Costa (PT-PE), e na Câmara, José Guimarães (PT-CE), se abstiveram na deliberação. No Conselho de Defesa Nacional, a aprovação foi unânime.

— Os conselhos são consultivos. Faço parte dos dois. Estávamos presentes no chamamento, antes do anúncio da assinatura do decreto de intervenção. A decisão do presidente Temer estava correta. Mesmo fazendo a consulta após a edição do decreto, ele

teve a unanimidade dos votos. A decisão está em consonância com o que pensamos.

Segundo Humberto, o presidente Temer e o ministro da Defesa, Raul Jungmann, não apresentaram informações suficientes para embasar a intervenção. Jungmann respondeu que o comprometimento da ordem pública foi o motivo para a ação do governo. Disse ainda que a intervenção é civil, apenas tem um general militar como interventor. E revelou que Temer deve anunciar nesta semana a criação do Ministério Extraordinário da Segurança.

Sobre a suplementação orçamentária para a intervenção, Eunício lembrou que é necessário aprovar um projeto de lei que passa pela Comissão Mista de Orçamento e depois segue para o Plenário do Congresso.

— Em um prazo de 10 dias, eu consigo resolver essa questão.

Ao texto da intervenção, em sua passagem pelo Senado, não cabem emendas nem requerimento de encaminhamento às comissões. Mas pode haver solicitação de votação nominal, já que ela, a princípio, é simbólica. A votação no Plenário é em caráter de urgência.

Força-tarefa no Ceará auxilia ações de inteligência, explica Eunício

Os 36 integrantes da força-tarefa policial enviada pelo Ministério da Justiça ao Ceará desembarcaram ontem em Fortaleza. O envio do grupo atendeu um pedido feito ao governo federal durante reunião em Brasília do governador do Ceará, Camilo Santana, e do presidente do Senado, Eunício Oliveira, com o presidente da República, Michel Temer, e o ministro da Justiça, Torquato Jardim.

Eunício, que é senador pelo Ceará, esteve no domingo, na Base Aérea de Brasília, para apoiar a força-tarefa, que saiu da capital federal encarregada de auxiliar as polícias civil e militar do estado em atividades de inteligência.

— O Ceará não está sob intervenção, mas recebendo o apoio que nós defendemos desde o começo, na abertura do Congresso, que é a integração da inteligência das forças e dos órgãos de investigação em nível nacional com os estados — afirmou.

Com Agência Brasil



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ana Amélia afirma que ação é “remédio amargo”

Ana Amélia (PP-RS) disse ter mudado de opinião sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro. Ela havia se manifestado contrária à medida, dizendo preferir uma força-tarefa à intervenção.

Mas, diante da opinião favorável dos moradores do Rio, ela reconheceu motivos para apoiar a intervenção.

— Até por ser uma intervenção temporária e que não afeta o funcionamento administrativo e político do Rio de Janeiro. Talvez seja o remédio amargo que precisa ser dado neste momento grave e agudo.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Humberto, intervenção no RJ não tem justificativa

Humberto Costa (PT-PE) criticou o governo por não oferecer justificativas e explicações para a decisão de intervir na segurança pública no Rio de Janeiro.

O senador participou da reunião do Conselho da República no Palácio da Alvorada e disse que decidiu se abster pela falta dessas justificativas e por ainda não ter consultado a oposição.

Ele criticou igualmente a criação de um Ministério da Segurança Pública, a seu ver desnecessária e dispendiosa, e afirmou que há outros objetivos por trás da medida.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Telmário diz que iniciativa é ato político de Michel Temer

Telmário Mota (PTB-RR) afirmou que vê a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro como “uma tentativa de ressuscitar um governo morto”.

Ele classificou a decisão de Temer como um “ato desesperado de quem não tem mais do que 3% de aprovação popular e nem votos para aprovar a reforma da Previdência”.

O governo, afirmou, agiu rapidamente para tornar a operação um ato político.

— Logo, logo, ele busca crescer nas pesquisas, porque vai fazer o que agrada à população.

Paim critica suspensão na intervenção para votar reforma

Paulo Paim (PT-RS) criticou o presidente Temer por anunciar que a intervenção no Rio pode ser suspensa para uma possível votação da reforma da Previdência no Congresso.

Para o senador, se a intervenção for suspensa, será um desrespeito com o povo do Rio e as Forças Armadas. Paim afirmou que irá ao Supremo tentar impedir tal manobra do governo federal.

— Como é que ele vai suspender para tirar o direito do povo brasileiro se aposentar? Isso é molecagem. Não posso concordar.

Paim também parabenizou a escola de samba Paraíso do Tuiuti pelo desfile no Carnaval do Rio. Segundo ele, a escola defendeu os pobres e oprimidos.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Lindbergh culpa governo federal por crise nacional de segurança

Lindbergh Farias (PT-RJ) culpou o governo federal e a política de austeridade fiscal pela situação da segurança pública no Rio. Ele afirmou que o orçamento da segurança foi reduzido de R\$ 6,1 bilhões para R\$ 2,9 bilhões após a emenda constitucional do teto dos gastos públicos.

O senador apresentou uma lista de estados com taxa de homicídios superior à do Rio para argumentar que a segurança vai mal no país todo. Ele disse que a intervenção no Rio não vai solucionar o problema, pois a medida foi tomada sem planejamento.

Para Capiberibe, interventor deveria prender cúpula do estado

João Capiberibe (PSB-AP) criticou a falta de política do governo federal para a segurança pública e afirmou que a intervenção no Rio é para desviar a atenção dos cidadãos. Ele disse que só seria favorável à medida se o interventor, general Braga Netto, pudesse prender a cúpula do governo estadual.

— A começar pelo governador, mandar para a cadeia a cúpula da Assembleia e do Judiciário no Rio. Aí, sim, eu concordaria. Depois, o general iria se ocupar do tráfico. Enquanto tiver esse time jogando no Rio, não tem Exército que controle a violência.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Viana acusa Temer de agravar crise institucional

Jorge Viana (PT-AC) acusou o presidente Temer de agravar a crise institucional do país ao decretar intervenção no Rio. Para ele, o decreto tem fins eleitorais e busca manipular a demanda por segurança pública, usando as Forças Armadas para dar sobrevida a um governo “moribundo”.

— Não ouviram os militares, os comandantes, as autoridades ligadas à área, os especialistas. Tomaram uma medida olhando as pesquisas eleitorais, no porão do Planalto, pondo em risco o prestígio que as Forças Armadas têm.

Minha Casa Minha Vida não reduziu deficit habitacional, afirma estudo

Demanda por moradias continua a mesma de 2009, quando o programa foi lançado. Especialistas defendem investir em imóveis já existentes

Thais Böhm

LANÇADO EM 2009 para oferecer moradia para a população, o Programa Minha Casa, Minha Vida pouco contribuiu para reduzir o déficit habitacional, principalmente entre a população de baixa renda.

De acordo com uma pesquisa da Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional quantitativo (demanda por residências próprias ou alugadas) não sofreu alterações significativas. Era de 6 milhões de moradias em 2009 e passou para 6,1 milhões em 2014 — aumento de 1,6%. No mesmo período, a média do crescimento populacional girou em torno de 1% ao ano.

Além da falta de moradias, existe também o déficit habitacional qualitativo (residências, próprias ou não, com carência de infraestrutura básica ou de regularização fundiária). Em 2014, de acordo com a Fundação João Pinheiro, havia 11,3 milhões de famílias morando em locais com falta de iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede de esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos.

Os números são ainda mais alarmantes se vistos na perspectiva do número de pessoas que vivem nessa situação. O IBGE estima que cada família brasileira possua, em média, 3,3 pessoas. Dessa forma, em 2014, mais de 57 milhões de brasileiros viviam em condições inadequadas.

Para a consultora do Senado Rita Fonseca, o Programa Minha Casa, Minha Vida não minimi-

zou significativamente o déficit habitacional porque a prioridade dele não era essa. Segundo ela, o real objetivo da política pública era mitigar os efeitos da crise financeira internacional na economia doméstica.

Rita é uma das autoras do estudo *Programa Minha Casa, Minha Vida: subsídios para a avaliação dos planos e orçamentos da política pública*. O diagnóstico do programa é de responsabilidade das consultorias de Orçamento e Fiscalização do Senado e da Câmara dos Deputados.

— O programa foi adotado como medida anticíclica no momento de crise econômica mundial, em que o governo precisava entrar com investimentos para alavancar a economia, gerar renda e criar empregos. Para atingir esse objetivo, o governo enxergou outra possibilidade, que era minimizar o déficit habitacional — analisa a consultora.

O estudo das consultorias contesta a ideia difundida pelo Minha Casa, Minha Vida de que a única solução para o problema habitacional é a construção de novas casas. A locação de imóveis vagos, ponderam os autores, também contribuiria para reduzir o grupo de cidadãos sem habitação. Seria até mesmo mais viável economicamente, uma vez que aproveitaria o estoque ocioso disponível.

Rita acredita que solucionar o déficit habitacional por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida é inviável, uma vez que o déficit qualitativo é significativa-

mente superior ao quantitativo: — Dois terços do problema são relativos a famílias que já têm suas moradias, mas as instalações são extremamente precárias, sem regulamentação fundiária. Nesses casos, o Programa Minha Casa, Minha Vida não resolve nada.

Outra crítica diz respeito ao desenho do programa, que financia o levantamento de paredes e tetos em lugares remotos e esquece o investimento em mobilidade e acesso a políticas públicas básicas como saúde, educação e saneamento. Os consultores afirmam que, “sem a devida implementação de infraestrutura urbana e regularização fundiária nos empreendimentos construídos, o combate ao déficit quantitativo acaba tendo por efeito alimentar o déficit qualitativo”.

Organização

O Programa Minha Casa, Minha Vida beneficia famílias que possuem renda de R\$ 1,8 mil, na faixa 1, até R\$ 6,5 mil, na faixa 3. Acompanhando essa escala, os benefícios como subsídios e taxas de juros também são diferentes. As famílias de renda mais baixa podem ganhar até 90% de subsídio do governo, enquanto as de renda mais alta não ganham nenhuma subvenção — apenas taxas de juros menores que as de mercado.

Entre 2009 e 2017, 3,6 milhões de famílias foram beneficiadas pelo programa. Para isso, o governo gastou, no mesmo período, R\$ 388,8 bilhões.

As habitações populares foram pensadas como benefício exclusivo da faixa 1. Nos últimos nove anos, 1,2 milhão de unidades foram entregues. No entanto, o estudo aponta que apenas 1.850 das 110.129 unidades contratadas de janeiro a abril de 2017 alcançaram famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil. A consultora explica que esse desencontro foi gerado pela forte crise financeira.

— Quando o Tesouro quebrou, o governo deixou de ter recursos para subsidiar as unidades habitacionais. Se a gente for ver qual modalidade do programa está funcionando, não é mais para as famílias com renda de até três salários mínimos, porque o governo não tem mais dinheiro para pagar o subsídio, que era de até 90% do valor do imóvel. O governo consegue subsidiar apenas os projetos habitacionais que são apresentados para as faixas que conseguem pagar a prestação,

e o subsídio não é tão alto — esclarece Rita Fonseca.

Auditoria

As unidades habitacionais populares foram objeto de uma auditoria o Tribunal de Contas da União (TCU). O órgão analisou vários empreendimentos e constatou que uma significativa quantidade de moradias foi entregue com problemas relacionados à execução das obras, como falta de pavimentação asfáltica, calçamento, drenagem urbana e sistema de esgoto sanitário ou pluvial.

— É difícil dizer estatisticamente qual é o percentual de comprometimento, de má qualidade nos empreendimentos no Brasil. Mas, por essa amostra, nós identificamos que boa parte dos empreendimentos têm falhas de construção. Essas falhas podem ser atribuídas às construtoras, podem decorrer de falhas na fiscalização, do processo de supervisão e controle dessas construtoras também — explica o ministro-substituto do TCU Weder de Oliveira.

O mofo nas paredes do apartamento de Maria Sandra Rodrigues da Costa denuncia uma dessas falhas. Ela foi contemplada pelo Programa Minha Casa, Minha Vida no Residencial Parque Paranoá, no Distrito Federal. Desde que se mudou para o local, Maria Sandra conta ter solicitado a reforma das janelas, já que chove dentro de casa, mas nenhuma solução foi tomada pela Direcional, construtora responsável pela obra.



Na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, 38 mil imóveis dividem uma área de 95 hectares: Programa Minha Casa, Minha Vida não resolveu problema de moradias precárias

— Quando choveu, eu comecei a ver os problemas. Chove dentro de casa. Fui à construtora reclamar de infiltração umas cinco vezes, mas é sempre a mesma coisa: eles vêm aqui, colocam uma cola na janela e dizem que está resolvido, mas é só começar a próxima chuva que os problemas reaparecem — conta.

Custos

A Portaria 267/2017 do Ministério das Cidades discrimina os valores máximos que podem ser gastos pelo governo na construção das unidades habitacionais. As quantias mudam conforme o modelo de moradia, se apartamento ou casa, e também em

razão do estado e do número de habitantes do município. O custo médio em 2017, comparando o número de unidades contratadas com os valores previstos, é de R\$ 80,2 mil por unidade.

Com esse valor, o engenheiro civil Carlos Issa afirma ser possível fazer uma casa dentro das especificações previstas na portaria. Ele explica que o valor para a construção da estrutura básica costuma ser bem parecido, independentemente do padrão final do imóvel:

— Toda casa vai ter tijolo, reboco, tubulação hidráulica, tubulação elétrica, e esse custo não costuma variar muito, não existem muitas marcas para esse

tipo de insumo. O que costuma variar no custo da obra é o acabamento. Tem revestimento de parede, revestimento de piso e iluminação que são mais caros que outros.

O pesquisador em arquitetura e urbanismo Luiz Alberto Gouvêia fez um levantamento sobre os incêndios que aconteciam de norte a sul do país nas unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida. A pesquisa constatou que os acidentes eram causados por sobrecarga transferida à rede por equipamentos elétricos.

— A casa era mal construída e as instalações não foram pensadas para equipamentos como freezer e geladeira. Por isso, pegam fogo — afirma Luiz Alberto Gouvêia.

Conforme Carlos Issa, as exigências para a construção de moradias populares são modestas e, por isso, levam a um nível de acabamento mais baixo. Entretanto, nada justifica entregar o empreendimento com problemas estruturais ou que não comportem equipamentos comuns ao dia a dia. — Pelo custo cobrado, é possível realizar uma obra sem nenhum defeito, funcionando tudo perfeitamente — afirma o engenheiro.

Infraestrutura

Outro aspecto que compromete os resultados do programa diz respeito à falta de equipamentos públicos próximos. Segundo a auditoria do TCU, 73,4% dos moradores sofrem com a falta de escolas e creches nas redondezas, 70,2% afirmam não ter unidade básica de saúde, 68,1%



A senadora Regina Sousa defende que se dê a posse legal aos proprietários



Lindbergh Farias apresentou projeto para aperfeiçoar programa habitacional

não têm comércio próximo e 46,8% julgam o transporte público insuficiente para a demanda.

Para Luiz Alberto Gouvêia, as políticas públicas de habitação, qualquer que seja o governo, têm sempre a mesma característica: a segregação da população.

— A terra urbana é cara, então se colocam as pessoas muito longe. Isso cria problemas de toda ordem porque habitação não é só moradia. É moradia mais acesso ao trabalho, acesso aos equipamentos comunitários. Quando se constrói um conjunto habitacional muito longe e não existem esses equipamentos, cria-se um problema enorme para a população. Isso aconteceu no Brasil inteiro, ao longo destes últimos 100 anos — afirma o pesquisador.

Marta Amália, outra moradora do Residencial Parque Paranoá, sofre as consequências do quadro descrito por Gouvêia. Para ser beneficiada pelo programa, ela precisou, por exemplo, largar o emprego em Taguatinga, cidade localizada a 45 km da nova moradia. E não é só:

— Eu tenho duas filhas, uma de 11 anos, que está morando com o pai porque eu não consegui a vaga na escola aqui perto,

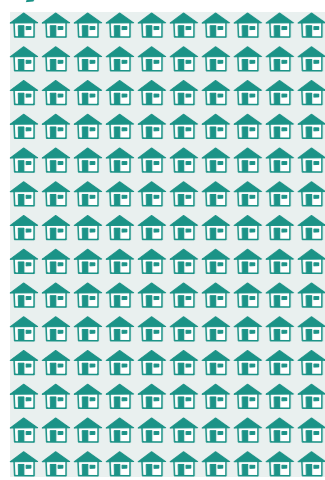


Casas contratadas e entregues de 2009 a 2016

Nos últimos três anos, o número de casas populares contratadas diminuiu em consequência da crise econômica no país

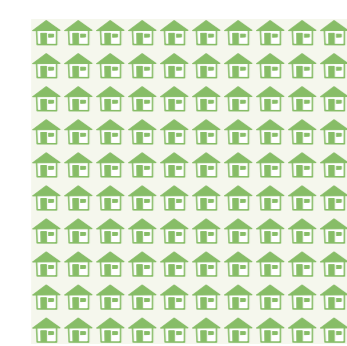
Contratadas

1,78 milhão



Entregues

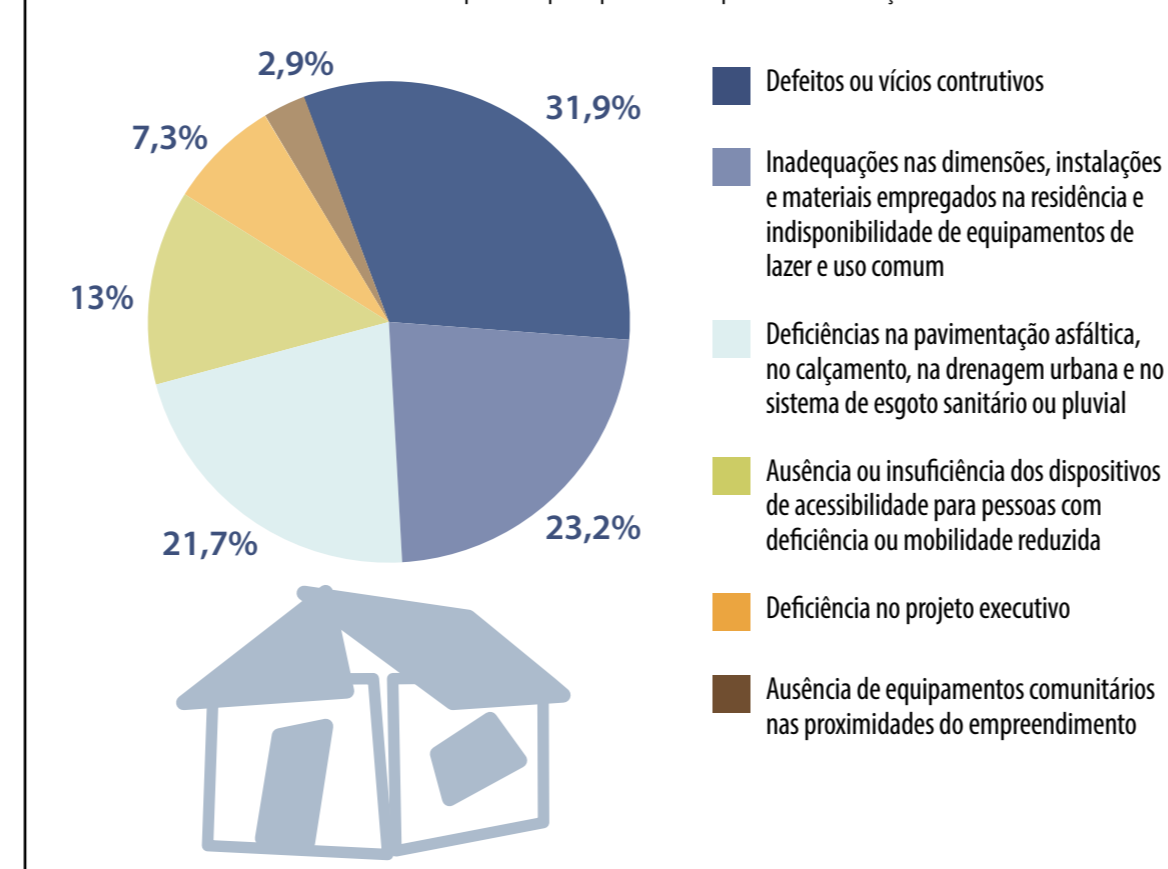
1,24 milhão



Fonte: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação (SNH)

Falta de qualidade

Auditoria realizada pelo TCU aponta problemas na qualidade das habitações



Saiba mais

Déficit habitacional no Brasil
<http://bit.ly/deficitBrasil>

Programa Minha Casa, Minha Vida: subsídios para avaliação
<http://bit.ly/subsidiosAvaliacao>

Brasil em síntese – Habitação
<http://bit.ly/sinteseHabitaacao>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania

Economia vai crescer 2,7% em 2018, prevê relatório de instituição fiscal

Antes a previsão de crescimento era de 2,3%. Estudo também estabelece trajetória de queda para o indicador dívida/PIB, o que é positivo

O CRESCIMENTO DO produto interno bruto (PIB) em 2018 deverá ser de 2,7%, segundo previsão da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, em relatório mensal apresentado ontem. A previsão anterior era de 2,3%.

O documento atualiza as estimativas para curto, médio e longo prazos. Além disso, segundo o estudo, a ampliação da massa de salários e a queda da taxa de juros e do comprometimento de renda sustentam uma perspectiva de aceleração do crescimento econômico para este ano.

Os analistas da IFI traçam um panorama mais positivo para a dívida bruta do governo. Em outubro de 2017, o cenário básico previa que a dívida chegaria ao pico de 93,5% do PIB, em 2025. Agora sinaliza 86,6% do PIB em 2023. A trajetória de queda do indicador dívida/PIB deve se iniciar antes do previsto, o que é positivo, segundo Felipe Salto, diretor-executivo da IFI.

— Atividade econômica melhor, juros mais baixos, resultado primário mais elevado e antecipação dos pagamentos dos créditos do Tesouro junto ao BNDES ajudam a compreender as alterações — afirmou Salto.

Apesar do cenário econômico-fiscal mais favorável



Diretoria-executiva da Instituição Fiscal Independente apresenta os principais resultados do relatório mensal

apresentado no relatório, os especialistas consideram que, para os próximos anos, a situação ainda é desafiadora, a começar pela contenção da trajetória das despesas sem comprometer o funcionamento da máquina pública.

Segundo Salto, há risco de não cumprimento do teto de gastos previstos na Emenda Constitucional 95/2016 a partir do ano de 2019.

— São necessárias medidas para limites dos gastos obrigatórios, notadamente com pessoal e previdenciários. O risco de não se cumprir o teto

de gastos é elevado. Espero que ocorra algum avanço na reforma da Previdência, ainda não seja a que está em negociação atualmente — advertiu o diretor-executivo.

Cenários

O Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) é a principal publicação da IFI, cuja missão é analisar o cumprimento das metas fiscais e a evolução dos indicadores econômicos e das contas públicas.

Também estão entre as atribuições da IFI a elaboração

de cenários prospectivos e a avaliação dos efeitos fiscais das ações do Estado.

As próximas edições do RAF têm previsão de publicação para 12 de março e 9 de abril. O número oficial do PIB de 2017 será divulgado pelo governo em 1º de março.

Projeções da IFI para 2018	
PIB crescimento real (%)	2,7
PIB nominal (em R\$ bilhões)	6.948
IPCA acumulado (%)	3,8
Câmbio — fim do período	3,4
Dívida bruta (% do PIB)	75,79
Selic — fim do período (%)	6,5
Massa salarial crescimento (%)	2,7

Wellington cobra prioridade para modernização de portos

Wellington Fagundes (PR-MT) disse que a modernização dos portos é indispensável para o crescimento econômico, já que depende deles a maior parte das exportações brasileiras.

Ele citou como bons exemplos os Portos de Los Angeles, nos Estados Unidos, e de Papeete, na Polinésia Francesa, que acaba de visitar como presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem e integrante da Comissão de Infraestrutura (CI).

O senador classificou o decreto dos portos como um avanço, mas disse que os portos brasileiros ainda precisam melhorar muito a eficiência.

— Precisamos reduzir o tempo de armazenamento de carga, o que consiste em melhoria na movimentação e também nos sistemas aduaneiros.

Hélio José anuncia debate sobre grades em prédios de Brasília

Hélio José (Pros-DF) anunciou que a Comissão Senado do Futuro fará na quinta-feira uma audiência sobre a decisão judicial que determina a retirada de grades que circundam prédios do Cruzeiro, no Distrito Federal. A decisão considerou as grades incompatíveis com o tombamento de Brasília.

Segundo ele, o objetivo da audiência é, com a ajuda da população do Cruzeiro, encontrar uma solução para a manutenção das grades.

— Não há bem maior que garantir ao cidadão o direito à segurança pessoal e patrimonial, que não pode ser afastada por uma interpretação desconectada da vida da população.

Hélio José parabenizou o escritor José Carlos Gentili, que receberá um prêmio da Academia Brasileira de Filologia pela obra *A Infernização do Hífen*.

Exploração ilegal de recursos minerais pode ter punição maior

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) pode votar hoje, a partir das 11h30, projeto que agrava a pena para quem extrair recursos minerais sem autorização, permissão, concessão ou licença.

O PLS 63/2017, de Davi Alcolumbre (DEM-AP), trata do crime previsto na Lei dos Crimes Ambientais que consiste em “executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em

desacordo com a obtida”. A punição para o ato, hoje em seis meses a um ano de detenção, passaria a ser de um a cinco anos de reclusão, mantida a aplicação de multa.

O senador justifica o tratamento mais rigoroso argumentando que tem crescido a extração irregular de areia de vales, rios e matas ciliares. O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), recomenda a aprovação do projeto.

Como a proposta é terminativa na comissão, se aprovada

deverá seguir diretamente para análise na Câmara, sem necessidade de ser votada no Plenário do Senado.

Uso do solo

A CMA também pode analisar projeto que dobra o tamanho das faixas não edificáveis nos parcelamentos de solo urbano (PLS 66/2014).

Atualmente a legislação determina como requisito urbanístico para loteamento a obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável de

15 metros ao longo das águas correntes (mares, rios, riachos e canais) e dormentes (lagos, lagoas, açudes) e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias. O texto aumenta a faixa para 30 metros.

A proposta é de Paulo Bauer (PSDB-SC) e será votada na forma de um substitutivo do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO). O projeto tramita em conjunto com um texto de teor semelhante, o PLS 408/2012. O substitutivo mescla elementos dos dois projetos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Especialistas querem nova mobilidade urbana

Debatedores defenderam em audiência um modelo de trânsito mais focado nas pessoas e menos nos automóveis. Debate destacou também vantagens da mobilidade ativa, por bicicleta ou a pé

OS PARTICIPANTES DA audiência pública feita ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) defenderam mudanças na forma de mobilidade urbana do país, atualmente centrada no automóvel.

Durante o debate, que abordou a segurança no trânsito e enfatizou a mobilidade ativa, por bicicleta ou a pé, o vice-presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), apontou o uso de bicicletas como alternativa mais econômica e saudável ao automóvel. O senador observou que em seis meses o preço da gasolina teve 120 reajustes.

Paim homenageou o ciclista Raul Aragão, que morreu atropelado em Brasília, em novembro de 2017, aos 23 anos.

— Raul acreditava e lutava por uma mudança na mobilidade urbana, com mais espaço para as bicicletas circularem, combatendo, assim, a poluição e melhorando a saúde de cada um. Raul defendia que as pessoas desvestissem a armadura

de metal e quatro rodas para poderem sentir não só o toque e o calor do vento na pele, mas o calor humano — ressaltou o senador.

Para o representante da União de Ciclistas do Brasil, Milvo Rossarola, a legislação e as ações do poder público devem ser firmes para proteger as pessoas.

— A gente não pode mais, simplesmente, pensar as cidades somente para os automóveis. A gente precisa começar a discutir uma cidade que seja pensada para as pessoas — afirmou.

Planejamento

A representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal, Anjuli Tostes, também defendeu um novo modelo de mobilidade urbana para o país.

— Quando a gente fala de mobilidade urbana, a gente está falando, sim, de redução dos acidentes nas ruas, mas também fala do outro tipo de



Paim (3º à esq.) aponta andar de bicicleta ou a pé como alternativas mais econômicas e sustentáveis ao carro

cidade que nós queremos.

A representante do Ministério das Cidades, Martha Martorelli, questionou o desinteresse dos gestores em reduzir o número de automóveis nas ruas e destacou a necessidade de haver planejamento para a mobilidade urbana dos municípios.

— Será que o poder público também não usufrui disso?

Quer dizer, essa falta de organização e de fiscalização não estimula uma indústria de multas?

A mãe do ciclista morto Raul Aragão, Renata Aragão, espera o cumprimento da lei e punição aos responsáveis.

— É uma fragilidade jurídica muito grande. E, ao continuar assim, vai ser difícil as pessoas cumprirem a lei, obedecerem.

A lei precisa ser cumprida e as punições precisam ser adequadas — criticou.

Também participaram da audiência pública o pai e a irmã de Raul Aragão, Helder Rocha e Flora Aragão, e representantes da Defensoria Pública da União, do Departamento Nacional de Trânsito, da Organização Mundial da Saúde e da ONG Rodas da Paz.

Projeto destina dinheiro de multa de trânsito para saúde pública

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar amanhã um projeto de que destina 30% da arrecadação com multas de trânsito para o SUS. Uma das intenções é atenuar o peso das despesas com acidentes de trânsito no sistema.

O texto (PLS 426/2012), de Eduardo Amorim (PSDB-SE), tem parecer favorável da relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), com alterações.

Uma delas é a previsão de que os recursos obtidos pelas multas não serão levados em conta para atender à exigência constitucional de aplicação de um percentual mínimo na saúde. Assim, essa transferência

deverá representar apenas um acréscimo aos investimentos obrigatórios a cargo da União, dos estados e dos municípios.

Outra alteração derrubou uma emenda, antes aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que destinava 30% da arrecadação com multas de trânsito para o Fundo Nacional de Saúde (FNS).

Antes da votação dos projetos da pauta, a CCJ sabatará Alexandre Luiz Ramos, indicado para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria de João Oreste Dalazen.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Privatização da Eletrobras será analisada pelo Congresso

A privatização da Eletrobras é um tema que deverá receber a atenção do Legislativo ao longo dos próximos meses. No dia 2, o Supremo Tribunal Federal cassou uma liminar que suspendia os efeitos da medida provisória que permite a privatização da estatal e suas subsidiárias (MP 814/2017).

A MP, editada em dezembro, retira a proibição de privatização da Eletrobras e

subsidiárias, contida na legislação do setor elétrico. Ela terá de ser analisada por uma comissão mista antes de seguir para a Câmara e depois para o Senado.

Para Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), a Eletrobras privatizada “será uma empresa de porte mundial”. Ângela Portela (PDT-RR) considera que a privatização vai prejudicar o fornecimento de energia.

Congresso analisa vetos e verba para ministérios

Os deputados e os senadores se reúnem hoje, em sessão conjunta, para analisar três vetos presidenciais e um projeto que abre crédito especial de R\$ 2 bilhões a serem destinados aos Ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social. A sessão do Congresso será às 15h, no Plenário da Câmara.

Entre os vetos na pauta, está o VET 41/2017, que trata de partes da Lei 13.509/2017, sobre novas regras para acelerar as adoções no Brasil e priorizar a adoção de grupos de irmãos e crianças, além de adolescentes com problemas de saúde.

Quatro trechos da lei foram vetados pelo presidente Michel Temer no final do ano passado. Um deles determinava que seriam cadastrados para adoção “recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de 30 dias”. A justificativa para o veto foi que o prazo estipulado nesse trecho é “exíguo”. Cita-se ainda que mães que tiverem, por exemplo, depressão pós-parto e ficarem longe do filho podem reivindicar a guarda da criança após um mês.

Foi vetado também o trecho que proibia o apadrinhamento por adultos inscritos no cadastro para adoção. De acordo com a justificativa do

veto, a proibição “implicaria prejuízo a crianças e adolescentes com remotas chances de adoção”, já que é esse o perfil de crianças procuradas em programas de apadrinhamento. Argumentou-se ainda que padrinhos e madrinhas são geralmente potenciais adotantes.

Ainda estão na pauta o VET 42/2017, à Lei 13.526/2017 (decorrente do PLN 18/2017), que previa crédito suplementar no valor de R\$ 232,8 milhões em favor dos Ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social e Agrário, e crédito especial de R\$ 300 mil para o Ministério da Saúde.

Os congressistas vão analisar também os vetos à Lei 12.688/2012, que instituiu o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies). O programa atende as instituições de ensino federais e amplia a oferta de bolsas de estudo integrais para estudantes de graduação em instituições de ensino superior. O texto aprovado pelo Congresso e enviado ao Executivo acrescentava entre os beneficiários alunos não portadores de diploma de curso de graduação cuja renda familiar mensal per capita não exceda três salários mínimos, mas a inclusão

foi vetada (VET 43/2017). Foi vetado ainda o prazo para a adesão ao Programa Especial de Regularização do Fies, que ia até 31 de setembro, porque a data já passou.

Crédito especial

Os parlamentares também vão analisar o Projeto de Lei do Congresso (PLN) 1/2018, que abre crédito especial no valor de R\$ 2 bilhões em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social. O objetivo é viabilizar o disposto na Medida Provisória (MP) 815/2017, que autoriza a União a transferir aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recursos destinados à superação de dificuldades financeiras emergenciais.

O crédito especial será viabilizado devido à anulação de dotações orçamentárias, inclusive de emendas de comissão e de bancada estadual — de execução não obrigatória.

Na justificativa da proposta, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, ressaltou que parte desse crédito, no valor de R\$ 271,6 milhões, refere-se ao cancelamento de despesas primárias pertencentes ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Debatedores criticam reforma da Previdência

Representantes de sindicatos e entidades sociais disseram em audiência que os brasileiros devem resistir à proposta que está em análise na Câmara

UM ATO CONTRA a reforma da Previdência foi realizado ontem por representantes de entidades sociais e sindicatos em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH). O foco do debate foram ações de resistência à proposta (PEC 287/2016), que está em análise na Câmara dos Deputados.

O presidente da Confederação Latino-Americana de Trabalhadores Estatais, Julio Durval Fuentes, lembrou a resistência à reforma da Previdência na Argentina, aprovada com alterações no fim de 2017. Fuentes afirmou que a Previdência deve seguir um modelo público, solidário e estatal e que, caso não seja dessa forma, não será de fato um sistema previdenciário, mas sim um negócio empresarial.

— Se uma lei tem que ser sancionada a sangue e fogo, como foi o caso da Argentina, certamente não se trata de algo bom para a população — disse.

Exemplo

De acordo com o presidente da Federação Sindical dos Servidores Públicos no Rio



Participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos fazem críticas a proposta em análise na Câmara

Grande do Sul, Sérgio Arnoud, a reforma na Argentina foi “tímida” em comparação ao que é proposto pelo governo brasileiro na PEC 287/2016. Para ele, mesmo com a aprovação, o governo argentino não conquistou tudo o que pretendia por causa da resistência popular.

— O povo argentino nos deu uma lição de resistência e participação, de que o povo organizado pode ser o senhor da história — declarou.

Arnoud classificou a PEC 287/2016 como um complemento à reforma trabalhista (Lei 13.467/2017).

— Essa resistência que estamos fazendo aqui é fun-

damental para que esse ciclo [de reformas] não se complete. Estamos diante de um ataque voraz do mercado — declarou.

Segundo o presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, João Domingos, o governo tem retirado de pauta a agenda ultraliberal e priorizado a agenda do mercado empresarial.

Eleições

Para Domingos, uma das formas de resistir à reforma e às futuras medidas que afetem os direitos sociais é buscar o maior equilíbrio na representação política por meio das eleições de outubro.

— Nosso grande heroísmo

para defender a Previdência que queremos e precisamos e para derrotar essa proposta do governo é equilibrarmos pelo menos a correlação de forças no Congresso — afirmou.

A sustentabilidade da seguridade social, defendida no relatório da CPI da Previdência, foi destacada pelo presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins de Sá Neto. Ele enfatizou a conclusão de que a falta de recursos da seguridade se trata de um problema de gestão.

O caráter não deficitário da Previdência também foi reforçado pelo presidente

do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva. Ele chamou a atenção para o crime de “apropriação indébita previdenciária”, previsto no Código Penal.

Falta de cobrança

Segundo Silva, as fraudes e a falta de cobrança de grandes devedores são alguns dos problemas financeiros que afetam a Previdência.

— Todos os anos, nós constatamos uma média de R\$ 30 bilhões de apropriação indébita previdenciária. Os empresários tiram do bolso do trabalhador e se apropriam dos recursos públicos que deveriam sustentar a Previdência.

O vice-presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência no Senado, presidiu a audiência. A frente é composta por 200 entidades sociais em nível nacional.

O debate sobre a reforma da Previdência será retomado hoje, às 10h, no auditório Petrônio Portela, segundo anunciou Paim.

As discussões sobre a reforma fazem parte do ciclo de audiências sobre as conclusões da CPI da Previdência, que encerrou suas atividades no fim de 2017.

Comissão debate programa de privatizações do governo

A Comissão de Infraestrutura (CI) faz hoje uma audiência pública para avaliar o plano de privatizações do governo federal. O foco do debate serão as resoluções apresentadas pelo governo em agosto. Os documentos tratam, entre outros assuntos, do processo de privatização de áreas do setor de petróleo e gás natural, da Eletrobras e da Casa da Moeda.

A audiência é sugestão do senador Eduardo Braga (PMDB-AM). Ele destaca que o plano de privatizações do governo objetiva “permitir que a administração pública federal concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais, bem como

ampliar as oportunidades de investimento e emprego no país, além de estimular o desenvolvimento econômico”.

Para Braga, a audiência será uma oportunidade para que sejam apresentados os impactos esperados com a adoção das medidas.

Foram convidados o secretário de Coordenação de Projetos da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, Tarcísio Freitas, e o secretário de Fomentos e Parcerias do Ministério dos Transportes, Dino Batista. O Ministério de Minas e Energia também deverá enviar um representante.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Projeto estimula telefônica a atender clientes bem

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar hoje um projeto de lei que busca melhorar a qualidade dos serviços de atenção ao consumidor das empresas de internet e telefonia.

O PLS 502/2013, do ex-senador Vital do Rêgo, modifica o valor da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), tributo que é cobrado anualmente das empresas de telecomunicações.

Pela proposta, o TFF será 15% mais alto para as operadoras que não cumprirem as metas de qualidade no atendimento ao cliente estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O objetivo do projeto, segundo o autor, é fazer as operadoras de telefonia concentrar “esforços e recursos na melhoria

da qualidade do atendimento aos usuários, principalmente por meio de seus call centers”.

Na CAE, o relator do projeto é o senador José Pimentel (PT-CE), que defende a aprovação: “A cobrança diferenciada da taxa promoverá a adequada prestação de serviços, na medida em que as empresas somente pagarão o adicional [de 15%] na hipótese de não se adequarem aos níveis de qualidade exigidos”.

Se for aprovado na CAE, o projeto poderá ir diretamente para a Câmara, sem passar pelo Plenário do Senado.

Outros temas

Na pauta da CAE também há mensagens em que o Executivo pede autorização para obter empréstimos do exterior. Os recursos são destinados a

financiar programas em Fortaleza e Brasília.

Ainda hoje, os senadores devem votar o relatório de avaliação de política pública feito pela CAE. Ao longo de 2017, os senadores acompanharam o conteúdo local nos setores de petróleo, telecomunicações, defesa e transportes. O relatório que será votado é do senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

A CAE fez duas audiências públicas no decorrer da avaliação. A primeira, no Rio, se concentrou na exigência de conteúdo nacional nos setores de petróleo e gás. A segunda, no Senado, abordou a área de defesa.

Avaliar políticas públicas anualmente é uma missão das comissões permanentes do Senado desde 2013.

CPI do BNDES se reúne para apresentação do relatório final das investigações

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do BNDES fará hoje a primeira reunião do ano. O relator, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), apresentará o relatório final.

A CPI foi instalada em agosto para investigar irregularidades

em empréstimos concedidos pelo banco estatal de fomento no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais.

Os trabalhos da comissão foram prorrogados até 1º de março.

Há suspeitas de que as operações financeiras do BNDES teriam beneficiado empresas como a JBS, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, e a EBX, de Eike Batista.

Ao todo, foram 13 reuniões em 2017. A comissão ouviu o

ex-presidente da instituição Luciano Coutinho e empresários apoiados pelo banco. Em depoimento à CPI, Eike Batista negou privilégios ou irregularidades nos empréstimos obtidos.

Coutinho, que dirigiu o

BNDES de maio de 2007 a maio de 2016, negou qualquer interferência política nos contratos enquanto ele esteve à frente do banco.

A CPI do BNDES é presidida pelo senador Davi Alcolumbre (DEM-AP).